MR 011. Direitos Humanos, Políticas Públicas e Deficiência
Patrice Schuch (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS) - Coordenador/a, Claudia Lee Williams Fonseca (Professora permanente colaboradora) - Debatedor/a, Anahi Guedes de Mello (UFSC) - Participante, Nádia Elisa Meinerz (Universidade Federal de Alagoas) - Participante, Adriana Abreu Magalhães Dias

(UNICANP) - Participative considerando a import?ncia das categorias discursivas na discuss?o sobre os direitos humanos, esta mesa redonda privilegia o estudo dos processos de inscri??o em pol?ticas p?blicas de expertises, experi?ncias, categorias, formas de registro, classifica?es e avalia??o de sujeitos e popula?es relacionados ? "defici?ncia". Seu objetivo geral ? a compreens?o da vida social das categorias, diagn?sticos, projetos e formas de interven??o relacionadas ? defici?ncia, bem como as interse?es da defici?ncia com outros marcadores da diferen?a, tais como g?nero, classe e/ou ra?a e etnia. No ?mbito das problematiza?es que relacionam ci?ncia, poder, Estado e lutas sociais, acreditamos que tais problem?ticas mobilizam um conjunto amplo e heterog?neo de proposi?es estatais, cient?ficas e morais pouco homog?neas, que nos interessa debater. ? inten??o desta mesa redonda compreender as maneiras em que tais constru?es acabam se expressando em categorias de pol?ticas p?blicas, assim como em formas de registro, classifica??o e avalia??o burocr?ticos, permitindo a promo??o e prote??o de direitos de determinados sujeitos, mas tamb?m eventualmente inviabilizando-os para outros. Arguindo por uma concep??o performativa dos direitos, esta mesa redonda pode contribuir especificamente nas reflex?es sobre as formas de institucionaliza??o dos direitos humanos das pessoas com defici?ncia e suas formas de expans?o pelas lutas sociais.

## O gênero da zika e a urgência por políticas do cuidado

Autoria: Anahi Guedes de Mello

O aumento de casos em 2015 de bebês nascidos com microcefalia associada à síndrome congênita da zika no Nordeste, levou o governo federal a decretar estado de emergência nacional em saúde pública. A Anis, atenta à epidemia do vírus zika, articulou uma ação judicial junto ao STF sobre planejamento familiar, proteção à maternidade e à infância, proposta pela Associação Nacional de Defensores Públicos. Com um conjunto de medidas de proteção social e de cuidados específicos em saúde para mães e suas crianças, bem como a possibilidade de que as mulheres grávidas infectadas e em sofrimento mental possam escolher interromper a gestação, a ação desvelou não só tensões entre feminismo e deficiência, como também uma lacuna nas políticas da deficiência no que tange ao cuidado. O objetivo é discutir as diferenças que se forjam nos debates sobre cuidado, autonomia e independência em torno do tema.

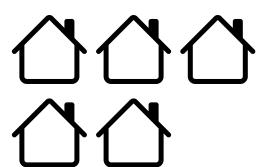


31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia

Realização:



Apoio:



Organização:

